

Alinhavos da memória: Saberes de mãos que fazem

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.185.9>

Mara Rúbia Sant'Anna¹

¹ UDESC, mara.santanna@udesc.br

Resumo

O ensino profissionalizante para mulheres foi instituído no Brasil em 1911. Em Santa Catarina, outras leis e decretos estaduais foram atualizando o formato e condições do ensino voltado para a profissionalização do público feminino até a sua total extinção pela Secretária Estadual de Educação, em 2008. O processo gradativo de desvalorização das Escolas Profissionais Femininas (EPFs) é ressentido na documentação. Na ausência de fontes primárias fartas ou expressivas, coube a equipe de pesquisa buscar as memórias de profissionais e ex-estudantes que atuaram nestes estabelecimentos. Os depoimentos, fotografias e outros documentos atestam as escolas como espaço feminino de aprendizados, convivência, fortalecimentos de vínculos e profissionalização de centenas de mulheres, especialmente no campo do vestuário e decoração de interiores. O artigo irá narrar sobre essas informações legais e as memórias trazidas pelas depoentes, colocando em discussão razões tecnicistas e enfrentamentos de gêneros como causas da extinção de escolas que cumpriam de forma otimizada seus objetivos.

Palavras chave

Escola profissional feminina; educação profissional; artes e ofícios.

1. Pondo linha na máquina ou introdução

O projeto Escolas de Artes e Ofícios do Brasil: Escolas Profissionais Femininas de Santa Catarina (EPFSC), foi iniciado em 2020. Em 2023, o projeto teve como objetivo central compilar as memórias atreladas às vivências de profissionais e estudantes que atuaram nas Escolas Profissionais Femininas (EPFs) estabelecidas no estado catarinense entre o período de 1965 a 2010.

O presente texto tem por objetivo relatar os resultados da pesquisa organizados em formato de exposição e documentário.

Não há uma metodologia específica para a construção deste texto, pois ele consiste no relato. Porém, obviamente, foi desenvolvida metodologia consistente para a realização da pesquisa que resultou nos dois produtos de ampla divulgação citados acima. Tal metodologia firmada nos pressupostos da pesquisa historiográfica se explicita abaixo, detalhando as fontes consultados, em formato de documentos e depoimentos, principalmente, e no tratamento realizado a essas fontes que se firmam nas concepções historiográficas intituladas “história do tempo presente”.

1.1. Em torno da pesquisa: metodologia de pesquisa

A fonte inicial da pesquisa foi a Lei Estadual n.º 3676 de 28 de junho de 1965, assinada por Celso Ramos, que dispõe sobre 32 EPFs espalhadas pela região do Litoral Sul, Litoral Norte e Meio Oeste de Santa Catarina. Muitas outras fontes foram acrescentadas ao longo da investigação: jornais, planos de ensino, diplomas, cadernos de professoras, fotografias da ex-diretoras e alunas, alguns esparsos documentos oficiais enviados pela Secretaria Estadual de Educação e fontes bibliográficas dedicadas à história do ensino profissionalizante.

A base teórica da pesquisa foi desenvolvida tendo em mente que as memórias femininas e suas experiências sociais. Como já alertou Perrot (2005) e Leite (1993), dificilmente ocupam os lugares privilegiados da memória masculina e oficial alimentada por órgãos oficiais, como museus, livros didáticos e eventos e monumentos comemorativos do passado. As histórias de mulheres pouco são comemoradas e monumentalizadas como os feitos e papéis do universo masculino e, por isso, os resultados obtidos pela investigação já se justificam como meio de reparação desse apagamento patriarcalmente desenvolvido por séculos sob a existência, saberes e profissões femininas.

Outro ponto teórico de base foi os preceitos da história do tempo presente, sinteticamente firmados assim:

- todo passado é convocado por questões levantadas pela realidade presente: os questionamentos, crises e demandas das sociedades atuais;
- o passado não existe como entidade independente do presente. Todo acesso às experiências socialmente construídas em tempos passados é possível

apenas pelos registros que permaneceram destas experiências e que foram e são submetidos a dimensões políticas de seus gestores, decidindo por sua preservação ou descarte. Quando o descarte ocorre não há mais passado, pois a experiência vivida se apaga com o seu rastro;

- os documentos sobreviventes não contêm a experiência social vivida em sua totalidade, apenas abrangem o que, nos limites humanamente possíveis, permite o relatar e produzir espaços/objetos/artefatos de memória;
- nem mesmo a memória de quem viveu a experiência social passada é capaz de reproduzir em fala, gestos, escritas ou outras manifestações comunicativas a experiência vivida;
- toda lembrança das experiências vividas estão contaminadas das experiências posteriores e das verdades/interpretações produzidas sobre aquelas vivências, logo, não há lembrança petrificada. Todo lembrar é contaminado, contém e está contido do próprio passado e do presente que pede para ativar a memória;
- o/a historiador/a não é isento no acesso aos documentos, depoimentos e qualquer forma de registro do passado. Tanto as questões que o/a move em direção ao rastro como sua própria condição humana, de classe, de identificação de gênero, de idade, de cultura, etc., perpassa e condiciona o tratamento dos rastros do passado;
- o que resulta do trabalho do/a historiador/a sobre os rastros do passado é uma narrativa não ficcional, mas eivada de posicionamentos políticos, subjetivos e culturais do tempo e do sujeito que a produziu.

Há obras completas sobre o tema e, acima, sintetizei de forma didática os principais marcos teóricos que explicitam uma perspectiva historiográfica firmada na história do tempo presente, onde se destacam autores consagrados tais como Fukuyama (1992), Chauveau e Tétard (1999), Kosellek (2006), Rousso (2016) e Vilar (1998). Sobre o conceito de história implícito temos Benjamin et al. (1985; 2010) e Gagnebin (2006), este último ilustrando sua crítica brasileira. No campo da memória destacam-se Sarlo (2007) e Ricoeur (2007). Quanto à imagem e ao tratamento de documentos visuais, uso Didi-Huberman (1998). Entre autores brasileiros ainda acrescento Fico (2012), Ferreira (2018) e, como bom texto introdutório, o de Antônio Manoel Elíbio Júnior (2021).

Esclarecido esses pressupostos teóricos, fica evidente que os documentos e depoimentos encontrados e os artefatos trazidos pelas ex-professoras e egressas das Escolas Profissionais Femininas foram todos submetidos a análise crítica que os considerou como sobreviventes de um passado por razões diversas. Como os interesses políticos das diretrizes governamentais levaram à destruição de boa parte da documentação ou a lançou, sem cuidados, numa sala depósito. Inversamente, o caderno antigo da docente foi guardado com carinho e zelo. Da mesma maneira, os depoimentos não foram considerados verdades manifestadas de uma experiência social vivida, mas traduções curadas pelo tempo e demais histórias vividas. As intenções de depoentes e as possibilidades e interesses das pesquisadoras foram cotejadas neste tratamento das fontes primárias. Aspectos detalhados da metodologia se encontram

ao longo do texto para situar as argumentações realizadas mediante os modos de acesso e tratamento das fontes explicados.

A questão problematizadora de todas as fontes coletadas foi: como as lembranças e os rastros documentais permitem compreender as relações educativas e históricas da presença das Escolas Profissionais Femininas nas cidades ou regiões em que elas existiram?

Da artesanaria da historiadora que comandou a pesquisa, resultou dois produtos acadêmicos, que passamos a apresentar, seguindo os eixos em que foram organizados.

O catálogo e o documentário produzidos objetivaram dar visibilidade à história do ensino profissionalizante destinados às mulheres por dezenas de anos em Santa Catarina. Isto permitiu que cada estudante alcançasse formação adequada para o exercício de diversos ofícios, como corte e costura, crochê, tricô, produção de artesanatos diversos, além de habilidades artísticas como a pintura, a tapeçaria, entre tantas outras.

Sintetizando o conteúdo destes produtos acadêmicos, o presente texto passará pela dimensão histórica que os documentos oficiais e os de jornais da época permitiram acessar, pela dimensão narrativa, construída a partir das entrevistas e álbuns de fotografias das ex-alunas e funcionárias e, ao final, a conclusão apontará o entrelaçamento entre história e narrativas e a dimensão política do fechamento das EPFs no começo do século XXI.

2. Ajustando o tecido na máquina ou a História

A história das Escolas Profissionais Femininas em Santa Catarina tem como marco oficial o Decreto Estadual de n.º 713, de 5 de janeiro de 1935, assinado por Aristiliano Ramos. No art. 63 do referido Decreto é definido que o Curso Profissional Feminino seria desmembrado da Escola Normal, “passando a funcionar com a devida autonomia”. No ano seguinte, o novo interventor Nereu Ramos, em discurso registrado pela Revista da Educação (SC), edição de 16 de julho de 1936, diz que “de ensino profissional só possui o Estado a Escola Profissional Feminina (...) com os cursos de corte e costura, flores e chapéus”.

Posteriormente, em 1948, a Lei Estadual n.º 235, assinada pelo governador José Boabaid em outubro, estabelece em seu art. 1 o objetivo das instituições: formar “artífices, mediante a aquisição de conhecimentos teóricos profissionais baseada na cultura propedêutica capaz de possibilitar a exata compreensão social das profissões” (ALESC, 1948). Neste caso, sugere que o propósito dessa profissionalização é formar mulheres para o mercado de trabalho. Além do mais, a lei dava outras informações sobre a instituição, como a duração dos cursos em dois anos, contendo três cursos, sendo eles:

- “Técnico-profissional”, com sete seções: “a) corte e confecções; b) bordados e rendas; c) flores; d) chapéus e artes aplicadas; e) secretaria (estenografia,

datilografia e correspondência comercial); f) pintura; g) educação doméstica (arte culinária e artes domésticas)”;

- “Cultura geral”, com seis “cadeiras” (não seções): “a) português; b) aritmética, c) história do Brasil, d) geografia do Brasil e do Estado; e) noções de ciência; f) desenho”;
- “Cultura especializada”, com quatro cadeiras: “a) higiene; b) puericultura; c) economia doméstica e contabilidade doméstica; d) educação social”.

A lei assinada traz contradições no seu bojo. Por um lado, garante que os cursos oferecidos permitiriam às estudantes adquirir “a exata compreensão social das profissões” e servir no comércio, hospitais, órgãos públicos e mesmo em residências abastadas, de maneira a obter independência financeira e ingresso no mercado de trabalho. Por outro lado, sob a égide do modelo burguês de família, a elite local, que facilmente enviavam suas filhas para a escola, almejava uma formação própria para tornar as jovens em “boas donas de casa”.

Nova lei foi promulgada no contexto da ditadura militar brasileira (1964-1984). A Lei Estadual n.º 3 676, de 28/06/1965, assinada por Celso Ramos “dispõe sobre as Escolas Profissionais Femininas modifica e cria cargos e dá outras providências”. Num anexo da mesma lei, há listado as 32 unidades da EPF, presentes em 31 municípios catarinenses, abrangendo desde as regiões litorâneas ao extremo oeste do planalto do estado. Seu texto é curto e objetivo, eliminando considerações relativas ao trabalho profissional. Porém, junto à indicação dos cursos oferecidos com vagas abertas ou ocupadas, é possível deduzir que o propósito se mantinha em formar moças voltadas para o lar, com alguma possibilidade de atuação no setor do vestuário e moda. As seções de secretariado e puericultura, da lei de 1948, foram eliminadas, assim como os encargos de alfabetização e formação geral de mulheres. Ademais, os cursos poderiam ser oferecidos parcialmente ou integralmente, conforme o número de estudantes e a estrutura da escola. A nova Lei, em seu formato sintético, indica um processo gradativo de desvalorização e secundarização nas políticas públicas da educação pelo governo estadual.

Rastros esparsos foram obtidos por meio dos jornais catarinenses e documentos da Secretaria Estadual de Educação foram repassados de forma muito escassa e aleatoriamente.

A pesquisa em periódicos, como no jornal catarinense *Correio do Norte*, foi onde se obteve a primeira fonte que confirmou o funcionamento das EPFs na região oeste de Santa Catarina. Referente ao município de Caçador, o jornal comunicou, em 1953, o discurso proferido pelo governador, Sr. Irineu Bornhausen, em que anunciou a criação de uma Escola Profissional Feminina (*Correio do Norte*, 07/03/1953). Sobre Canoinhas, cidade sede do jornal *Correio do Norte*, diversas informações foram obtidas, como consta na edição de 21 de outubro de 1960, “O Governador Heriberto Hulse acaba de criar (...) a Escola Profissional Feminina “Fernando Ferreira de Mello” inaugurada em janeiro próximo.” (*Correio do Norte*, 21/10/1960). Também, em abril de 1961, o *Correio do Norte* notificou que o governador Celso Ramos fechou a Escola

Profissional Feminina, contando “com 210 alunas matriculadas em diversos cursos de artes domésticas”, sem muitas justificativas, o que muito revoltou os articulistas locais Aroldo de Carvalho, Alfredo Garcindo e João Seleme, pois interpretaram o ato como “uma perseguição aos udenistas de Canoinhas” (Correio do Norte, 29/04/1961).

O mesmo jornal, em 1962, informou a participação das Irmãs Franciscanas do Cristo Rei na criação de uma nova EPF na cidade, além das disciplinas que seriam ministradas, sobre a abertura das matrículas e dos documentos necessários, sendo eles: “Certidão de Idade (15 anos); Atestado de Vacina; Certificado Escolar; e Certidão de Casamento” (Correio do Norte, 23/06/1962). As matrículas, como se deduz, a partir da documentação necessária, foram habilitadas para moças em idade de casar ou já casadas, saudáveis e minimamente alfabetizadas.

Após 5 anos, o jornal convidava a população para participar da exposição dos trabalhos da EPF “Santa Inês”. Em 1969, o jornal noticiou viagem das alunas para a capital do estado vizinho, Curitiba onde visitaram diversos pontos turísticos (Correio do Norte, 06/12/1969). Três anos após, o prédio da escola foi transformado em um Hospital Infantil (Correio do Norte, 15/01/1972), o que marcou o fim de seu funcionamento em Canoinhas.

Sem a pretensão de relatar detalhadamente as histórias esparsas das escolas que foram encontradas durante a pesquisa, pode-se afirmar que os cursos existentes nas EPF que não foram totalmente fechadas, foram sendo incorporados a uma nova modalidade de formação chamada Formação de Iniciação Continuada (FIC), voltado para egressos do ensino médio e que consistiam em capacitações técnico-profissionalizantes e “subsequente, entre o nível médio e universitário”. Após, de acordo com o Decreto N.º 1 349/2004 e outros da mesma época, a nova estrutura de ensino profissional forneceria “os níveis de qualificação e formação profissional através de cursos básicos e técnicos, atendendo à demanda local e regional” (artigo 3, Decreto n. 1 349/2004). As referidas demandas “local e regional” foram definidas alheias às experiências e interesses de todos que se beneficiavam das EPFs e, de maneira nada lógica, os cursos relacionados às manualidades, ao campo artístico e decorativo deixaram de pertencer aos propósitos de formação profissional da nova estrutura, sentada sobre os equipamentos e espaços das antigas Escolas Profissionais Femininas. No caso de Chapecó, cidade de médio porte do oeste de Santa Catarina, a antiga EPF se tornou Centro de Educação Profissional – CEDUP – entre 2006 e 2007, com cursos profissionalizantes específicos e de curta duração, como: “Corte de Cabelo”, “Esmaltação”, “Depilação” e “Massagem Estética”. Estes, atualmente, estão inseridos em um único curso técnico denominado “Estética e Vestuário”, com duração de 18 meses e disponível para quem possui Ensino Médio completo.

As demais escolas que foi possível angariar mais informações foram as de Criciúma, Urussanga, na região sul de Santa Catarina e, ainda, Joaçaba, Capinzal e Treze Tílias, todas cidades próximas no meio oeste catarinense. Por meio de depoimentos, fotografias e materiais antigos das ex-professoras, diretoras e estudantes, estas

memórias constituem as narrativas que articulam a história deste passado que se busca restituir.

3. Costurando memórias e relatos na feitura de novas histórias

Ao trabalhar com entrevista é necessário fundamentar teórica e metodologicamente o procedimento a fim de evitar uma redução das falas coletadas a uma “fofoca” divulgada. A entrevista, nesta pesquisa, se desdobra dos estudos de História Oral. Verena Alberti, com seus apurados estudos sobre o campo, esclarece objetivamente:

A história oral pode ser empregada em diversas disciplinas das ciências humanas e tem relação estreita com categorias como biografia, tradição oral, memória, linguagem falada, métodos qualitativos etc. Dependendo da orientação do trabalho, pode ser definida como *método* de investigação científica, como *fonte* de pesquisa ou, ainda, como *técnica* de produção e tratamento de depoimentos gravados. (Alberti, 2004a, p. 17)

Por outra perspectiva, a da memória, o autor mais proeminente no tema concede o alerta que conduziu o trabalho realizado. Diz Jacques Le Goff que “O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento” (Le Goff, 2003, p. 422).

O autor, ao sintetizar suas argumentações sobre a memória, ressalta sua importância na constituição das narrativas históricas e da própria sedimentação da noção de pertencimento social. Afirma que “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (Le Goff, 2003, p. 469).

Dentre os alertas concedidos por Le Goff está a dimensão de poder que a memória, especificamente, o controle sobre ela contém. Em suas palavras: “a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder” (Le Goff, 2003, p. 470). Ou seja, se por um lado o direito de guardar o vivido na lembrança é inerente às condições biológicas de um cérebro saudável, o direito de difundir essa memória depende de agentes sociais que compartilham mutuamente as experiências sociais, mantendo-a viva e reafirmada. Consequentemente, as relações de interesse, de disputa, do direito de fala e de escuta são as dimensões do poder que se estabelecem, validando versões, bem como condenando esquecimentos e apagamentos, quando a experiência partilhada pela memória acionada desencadeia evidências e situações que poderiam fragilizar as narrativas autorizadas.

Esse é o caso das experiências das mulheres das escolas profissionais. Destituídas de seus espaços profissionais, das convivências diárias com colegas e estudantes,

apenas em suas memórias é guardada a possibilidade de existência e reconhecimento por tudo que foi feito.

Portanto, entre a memória e a esperança, muitas mulheres encontraram nas entrevistas cedidas um espaço de poder, enquanto que à equipe de pesquisa resultou um espaço denso de reflexão.

A fim de preservar a identidade das depoentes, para cada uma foi atribuído o nome dos pontos existentes na costura, bordado ou crochê, pois, sem dúvida, essa história permanece aberta, precisa de muitos arremates e até de alguns enfeites.

Conforme as orientações de Corrêa (1978), Alberti (2004) e Meihy e Holanda (2015), foram preparadas as entrevistas. Também foi solicitado que qualquer material relativo às EPFs fosse trazido na ocasião. Por outro lado, preparamos os termos de ciência e consentimento para captação das falas e imagens para assegurar os princípios éticos imprescindíveis na história oral. E, como não podia deixar de ser, foram organizadas perguntas prévias para conduzir o encontro, relacionadas com a experiência de trabalho das entrevistadas na escola, a formação para a docência, as relações pessoais, os sentimentos relativos ao fechamento da escola e sobre a importância daquela instituição para a região. Igualmente, se fizeram questões que buscaram suprir a falta de informação precisa que os documentos não forneciam, tais como, saber quando a escola começou e terminou; os cursos oferecidos e a duração deles; a localização das escolas em diferentes épocas; nomes das diretoras e professoras que existiram; quantitativo de estudantes; onde estariam os arquivos das escolas; outras pessoas que poderiam ajudar na pesquisa; entre outras que espontaneamente surgiam mediante as narrativas apresentadas.

Todo o material foi arquivado e organizado em diretório virtual da equipe de pesquisa, sendo as falas e imagens catalogadas por sinopse do conteúdo. No caso das falas, foi realizada a minutagem para catalogação.

Dessa forma, as entrevistas foram realizadas nos horários e locais agendados previamente, tendo duração de 2 horas (Criciúma), 1 hora (Urussanga) e 4 horas (Joaçaba). Enfim, entre fotografias, cadernos amarelados, aviamentos e muitas falas e risos, 13 mulheres, em maio de 2023, dispuseram suas memórias para a construção da narrativa histórica sobre as EPFsSC.

As pessoas que cederam entrevistas se identificam como mulheres brancas e são ex-alunas e ex-professoras das instituições pesquisadas. A maioria está aposentada, com idades acima de 65 anos. Todas estão socialmente situadas em grupos urbanos de médio a alto poder aquisitivo, têm moradia própria, são possuidoras de cultura escolarizada formal, têm acesso a bens culturais locais, realizam viagens turísticas, muitas tendo conhecido países estrangeiros e, efetivamente, são afeitas à vida familiar, tendo responsabilidades ligadas ao lar e a parentes idosos e juvenis.

As entrevistas começavam com indagações sobre a história pessoal vinculada à EPF, o que permitiu concluir a centralidade da escola na organização da vida adulta das

mulheres da época. Além de conquistarem meios de obter renda mensal, também se articulavam entre si nas reflexões sobre a vida familiar, educação dos filhos e até assuntos de interesse da cidade/comunidade, ou seja, realizavam discussões políticas e se mobilizavam em busca de soluções locais.

Ao ser indagado sobre as condições de trabalho e manutenção das escolas em seu cotidiano, além das condições de contratação e permanência nas escolas, muitos outros dados foram informados, confirmando os poucos documentos encontrados ou ainda trazendo novos dados.

Para sintetizar as tantas informações coletadas, aborda-se apenas a lembranças das mulheres da escola de Criciúma.

A Escola Profissional Lucília Corrêa Hulse foi criada, conforme a lembrança das depoentes, em 1956, funcionando, no bairro Vera Cruz, com cursos de duração anual: Corte e Confeções, Arte Culinária, Pintura em Tela, Tricô, Crochê, Tapeçaria, Datilografia, Pintura em Tecido, Bordado à Mão e Flores e Tecidos. Tanto Ponto Pequinês (professora 1), como Ponto Cheio (professora 2) relataram que a escola sempre teve um grande quantitativo de alunos, com uma média de 500 a 600, e isso se dava devido às extensões oferecidas pela EPF, em centros comunitários dos bairros e, principalmente, por serem cursos gratuitos. Muitos cursos eram rápidos, entre 2 e 3 meses de duração e havia contratação de professores específicos por temporada e modalidade. Todos tinham certificação, o que permitia que as alunas voltassem à escola como professoras, trabalhassem em empresas ou por conta própria. No entanto, o que mais dava visibilidade ao nome da escola e às habilidades adquiridas nos cursos eram as exposições ocorridas no final do ano, tanto na escola como em outros locais públicos, como salões paroquiais, centros comerciais, etc.

As exposições são lembradas como grandes eventos, prestigiados por familiares e pela comunidade em geral que adquiriam os artefatos. Muitas vezes foram divulgadas nos jornais de circulação local e para outras EPFs, que visitavam as exposições, estreitando os laços entre docentes e estudantes, além de trocar técnicas e aprendizados. Nessa dinâmica orgânica, o aprendizado e formação das professoras ocorriam continuamente. Ponto Cheio informou que viajou para Florianópolis a fim de aprender o Crivo na EPF da capital, assim como Ponto Pequinês frequentou na própria escola que lecionava o curso de Qualificação Profissional em Customização, em 2005, e de Qualificação Profissional em Bordado, com habilitação em Bordado à Mão, em 2006. Neste momento, a EPF de Criciúma era chamada de Núcleo de Educação Profissional (NEP).

Eu fui para a escola de Florianópolis para aprender a fazer o Crivo. Era uma escola famosa, ali perto daquela praça de bombeiros. Eu fui muitas vezes ali! Tanto é que para nós a escola de Florianópolis era nossa referência. Se queríamos aprender alguma coisa, íamos para Florianópolis. E por isso me lembrei de Florianópolis, porque lá tinha essa loja dentro da própria escola. Era forte, tanto é que tentamos colocar aqui, mas não foi aprovada. (Ponto Cheio)

O corpo discente sempre foi numeroso e os cursos foram sendo atualizados conforme as demandas locais e o próprio avanço das técnicas. Segundo Ponto Pequinês, devido à grande quantidade de pessoas interessadas nos cursos de corte e costura, havia turmas no período matutino, vespertino e noturno. O curso procurava instruir a aprendiz a utilizar a máquina de costura doméstica para a realização de peças sob medida. Posteriormente, além do curso de Costura Sob Medida, começou o de Costura Industrial, o que exigiu da professora, em 1999, a realização da formação em Costura Industrial no SENAI e, em 2003, concluiu o curso de Modelagem Industrial na mesma escola, para atender aquelas novas demandas e para lecionar em outras instituições que surgiam na região.

Como afirmou as depoentes de Criciúma e de outras cidades, os cursos das EPFs eram meios para vários profissionais serem preparados localmente e, com os anos, se tornarem referência em sua área, sendo proprietários de restaurantes, confecções, tendo ateliê próprio onde lecionou aulas de pinturas em tela, vidro e diversas outras técnicas artesanais. Tal profissionalização de mulheres num contexto de baixa escolaridade e acesso a profissões independentes, nas Escolas Profissionais contribuiu financeiramente para a autonomia feminina e, inclusive por meio do ingresso no magistério estadual. Neste caso, o fato de muitas professoras não terem diploma de magistério ou pedagogia, na década de 1990, impulsionou a própria SED a oferecer cursos à distância ou concentrado, como o Magister (Trevisol & Toledo, 2023 e Hentz, 2013), para que docentes fossem qualificados e, dessa maneira, muitas foram efetivadas no quadro do magistério estadual.

A formação oferecida pelo Estado foi uma exceção, a maioria das professoras havia sido uma aluna dedicada que, por seu empenho, foi convidada a ser docente.

Outra relevante importância na vivência dessas mulheres, além da oportunidade de trabalho remunerado, foram os resultados econômicos para a cidade e região. O enfraquecimento do comércio local e das oportunidades de formação, no campo das artesanias que gerava renda e exercícios de funções sociais significativas para essas mulheres, é uma das facetas que elas atestam sobre a importância das EPFs em suas localidades. Logo, o questionamento sobre o fechamento sempre veio com um tom de amargura, tristeza e uma pequena ponta de esperança.

4. Hora de fechar a máquina ou epílogo

Para concluir essa discussão que sintetiza de forma muito ampla as narrativas obtidas, cabe tocar nas razões, pela perspectiva das depoentes, que levaram ao fechamento das EPFs.

Ponto Pequinês e Ponto Cheio falaram, quase em uníssono, que o ensino ofertado na EPF, após os anos 1990, não era valorizado pelo governo estadual. Segundo elas, além do ensino ser julgado como “terapia”, o Secretário de Educação de 2007, Paulo Bauer, declarou que “o dinheiro da educação não serviria para pagar os professores desse tipo de educação profissional”. Em Joaçaba, as antigas professoras de pintura,

ainda na ativa, confirmaram que “O curso de pintura era o mais criticado, visto com desdém, por ser entendido como algo desnecessário para o mercado de trabalho” (Ponto Atrás e Ponto Alto) e, completam: “claro que hoje com a formação que tenho, entendo que aquelas pinturas estavam muito ‘quadradas’, mas se a gente fosse mais capacitada e tivessem ajudado, a gente iria acompanhar as tendências, como hoje eu faço no meu ateliê” (Ponto Atrás).

Aspectos de concorrência entre cursos para o mesmo público, além da nova política educacional para o ensino profissionalizante estão entre as razões alegadas pelas entrevistadas para o fechamento das EPFSC. Segundo Ponto Russo, o crescimento do CEJA acabou estagnando a EPF e, para Ponto Alto, a razão estava em ser “a prioridade do governo para o ensino médio era o CEJA. E eles tinham que cortar despesas”. Também Ponto Matiz afirmou que as novas nomenclaturas NEP e CEDUP “foram assumindo esses cursos”, no caso, os oferecidos pelas EPFs, que igualmente foram sendo abertos pelas unidades do Sistema S¹, o que Ponto Laçada considerou como responsável pelo encerramento das EPFs. Em suas palavras: “as escolas tinham de fechar para dar força ao SESI e SENAI” (Ponto Laçada). Em Criciúma, não foram essas unidades do Sistema S que atraíram os antigos estudantes, por serem cursos pagos. A clientela mais jovem migrou, especialmente, para o Instituto Federal instalado, enquanto a EPF foi sendo fechada.

Nesse apagar das luzes das EPFs, as narrativas das últimas diretoras são muito emotivas. Ponto Cheio narrou com descrição detalhada, em mais de um momento da entrevista, o dia em que sozinha, em 2009, nas instalações, onde por tanto tempo trabalhou, pegou as últimas caixas e levou ao prédio da frente, atual Gerência Regional de educação – Gered, para concluir suas obrigações. Disse ela: “eu ali arrumando as coisas, olhei para os álbuns de fotos e pensei: ‘isso eles não vão precisar e antes de ir tudo fora, levo comigo” (Ponto Cheio).

Por direito não há qualquer papel que tenha decretado o fechamento das EPFs. Elas foram fechadas de fato e não por direito. Até hoje na minha ficha funcional, pode ir lá procurar, eu estou lotada na Ivone Pereira de Mendonça. Nenhuma das três escolas daqui virou NEP ou mesmo CEJA, elas só fecharam. (Ponto Pirulito)

Ponto Matiz reforça esse sentimento e considerações acima, ao dizer que a escola “fechou do nada”. Assim, ao questionar se as professoras não buscaram mobilizar políticos locais ou outras autoridades para evitar o fechamento, Ponto Matiz completou: “já não havia mais interesse, nem social quanto político”.

O fato de não haver um extenso corpo docente efetivo e ser uma escola de “mulheres”, a força política para reivindicar ou encontrar forças políticas favoráveis a essa

1 São um conjunto de organizações das entidades representantes da indústria, da agricultura, do comércio e do transporte voltadas para a educação, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica. Sendo eles: o SENAI, SESI, SENAC, SESC, SENAR, SESCOOP, SEST, SENAT e SEBRAE. Fonte: <https://www.rn.senai.br/entenda-o-que-sao-e-o-que-fazem-o-sesi-e-o-senai/>.

causa foi diminuta. As lideranças locais não tinham interesse em manter uma escola que o governo estadual estava desabonando e semear dissabores entre aliados. As estudantes afeitas ao lar e seus compromissos familiares bem como mulheres de baixa renda não encontravam incentivo em seu entorno para fazer mobilizações de maior monta e exigir a permanência da escola. Acusadas de ser uma escola que “não serve para nada”, docentes e estudantes se intimidaram, recuaram e buscaram alternativas para continuarem lecionando e/ou tendo sua renda a partir das práticas artísticas e manuais que dominavam.

Enfim, o processo gradativo de desvalorização das Escolas Profissionalizantes Femininas é atestado na documentação escassa e falta de interesse dos órgãos públicos em apoiar e dar acesso aos arquivos relativos à existência, funcionamento e fechamento dos estabelecimentos que, na maioria dos casos, nos primeiros anos do século XXI, possuíam sede própria, maquinários, corpo docente e discente ativos. Na ausência de fontes primárias fartas ou expressivas, coube a equipe de pesquisa buscar as memórias de profissionais e ex-estudantes que atuaram nesses estabelecimentos, o que foi promissor, e nos faz concluir que as práticas artísticas e manuais desenvolvidas no contexto e circunstâncias das Escolas Profissionais Femininas de Santa Catarina foram agentes de profissionalização, identificação e organização feminina em suas próprias bases, além de serem os berços dos cursos superiores e profissionalizantes no campo do Design e da Moda.

Referências

- Alberti, V. (2004). *Manual de história oral*. Rio De Janeiro: Editora Fgv.
- Alberti, V. (2004a). *Ouvir contar*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Benjamin, Walter and João Barrento (2010). *O anjo da História*. Obras escolhidas. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Benjamin, W., Sérgio Paulo Rouanet, Márcio Seligmann-Silva and Gagnebin, J.-M. (1985). *Obras escolhidas : magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- Carlos Humberto Corrêa (1978). *História oral*. Florianópolis: Ed. da UFSC.
- Chauveau, A. and Philippe Tétard (1999). *Questões para a história do presente*.
- Didi-Huberman, Georges. (1998). *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34.
- DISCURSO do Governador, Sr. Irineu Bornhausen, proferido em Joaçaba, em 6 de dezembro de 1952. (1953). *Correio do Norte*. 7 Mar.
- DUAS grandes obras serão inauguradas em janeiro nesta cidade: Destacada atuação dos Deputados Aroldo Carvalho e Benedito Terézio de Carvalho. (1960). *Correio do Norte*, (622), 21 Oct.

- Elíbio, A. (2021). A História do Tempo Presente: reflexões sobre um campo historiográfico. *Cadernos do Tempo Presente*, 12(1), pp. 13-27.
- Ferreira, M. (2018). Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Revista Tempo e Argumento*, 10(23), pp. 80-108. doi: <https://doi.org/10.5965/2175180310232018080>.
- Fukuyama, F. (1992). *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Gagnebin, J. M. (2006). *Lembrar, escrever e esquecer*. São Paulo: Editora 34.
- Hertz, P. (2013). Memórias de formação docente: o programa magister. *EntreVer – Revista das Licenciaturas*, 3(5), pp. 200-209.
- Joviles Vitório Trevisol and Antonio (2023). Educação a Distância e formação de professores em Santa Catarina (1998-2018). *Praxis Educativa*, 18, pp. 1-25. <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.18.21355.012>
- Le Goff, J. (2003). *História e memória*. Campinas: Unicamp.
- Meihy, José Carlos Sebe Bom and Fabíola Holanda (2015). *História Oral*. Como fazer, como pensar. Contexto.
- Miriam Moreira Leite (1993). *Retratos de família*. EdUSP.
- Munhoz, A. and Seleme, J. (1962). Participação. *Correio do Norte*, 15(692), 23 Jun.
- Perrot, M. and Viviane Ribeiro (2005). *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, Sp: Edusc.
- Koselleck, Reinhart. (2006). *Futuro passado contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Rio De Janeiro: Ed. Puc-Rio.
- Ricoeur, Paul. (2007). *A memória, a História, o esquecimento*. Campinas, SP: EdUnicamp.
- Rouso, Henry. (2016). *A última catástrofe. A História, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ed. Fgv.
- Sarlo, Beatriz and Rosa d'Aguiar. (2007). *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras/Belo Horizonte: UFMG.
- Silva, R., (1972). Um Hospital Infantil para Canoinhas. *Correio do Norte*, 15(1159), 15 Jan.

Leis

- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – ALESC. Constituição (1935). *Decreto n.º 713*, de 5 de janeiro de 1935. Decreto N. 713. Florianópolis, SC.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – ALESC. *LEI N.º 235*, de dezembro de 1948. Dispõe sobre a Escola Profissional Feminina. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1948.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – ALESC. *Lei N.º 3.676*, de 28 de junho de 1965. Dispõe sobre as Escolas Profissionais Femininas, modifica e cria cargos e dá outras providências. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1965

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – ALESC. *Decreto N.º 1.349*, de 21 de janeiro de 2004. Dispõe sobre a criação de Centros de Educação Profissional – CEDUPs e Núcleos de Educação Profissional – NEPs e dá outras providências. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 2004.